



Naturalização do atraso rural: elementos raciais na construção de um modelo de nação

Naturalization of rural backwardness: racial elements in the construction of a nation model

Carla Julião da Silva

Graduada em Ciências Sociais e
Mestra em Sociologia pela
UNESP- campus de Marília (SP).
E-mail:
carlajuliaosilva@gmail.com

Resumo

O presente trabalho apresenta indagações sobre tentativas de implementação de modelos civilizatórios com intuito de chegar a um arquétipo de uma nação desenvolvida. A questão racial, heranças sociais, econômicas e o incentivo à imigração europeia tornaram-se ferramentas para alcançar a modernidade, e modelos civilizatórios foram postos em prática a fim de acelerar as mudanças. A literatura e a economia também contribuíram para posicionar indivíduos dentro da sociedade, rejeitando os que não se adequavam modernidade, reservando a eles o rótulo de “incivilizados”. A naturalização do atraso nacional teve como palco o universo rural paulista.

Palavras-chaves: projetos civilizatórios; modernização social; identidade rural.

Abstract

The present work presents questions about attempts to implement civilizational models with the aim of arriving at an archetype of a developed nation. The racial issue, social and economic legacies and the encouragement of European immigration became tools to achieve modernity, and civilizational models were put into practice in order to accelerate changes. Literature and economics also contributed to positioning individuals within society, rejecting those who did not adapt to modernity, reserving for them the label of “uncivilized”. The naturalization of national backwardness took place in the rural universe of São Paulo.

Keywords: civilizing projects; social modernization; rural identity.

Introdução

Um dos diagnósticos dos problemas civilizatórios da sociedade brasileira, do início do século XX, estava associado ao seu atraso social e econômico em comparação às nações europeias. Mesmo antes da proclamação da República de 1889, já havia indivíduos interessados em elaborar de projetos para nação com o intuito de solucionar os problemas estruturais, como o proposto por José de Bonifácio de Andrada e Silva, pautado na alegação de que o atraso da modernização da sociedade brasileira estava relacionado à “indolência”, “preguiça” e “ignorância” das populações rurais.¹

Neste cenário de propostas de mudanças, a urbanização era decorrência natural e inevitável da modernização da sociedade e serviu como sustentação de argumentos sobre a dicotomia entre campo e cidade. Seguir modelos civilizatórios para atingir os patamares satisfatórios precisaria modificar o modo de vida, economia, política bem como investimentos industriais e até a literatura de uma sociedade. De tal modo, referências sobre estas preocupações estiveram presente em obras literárias da primeira metade do século XX, expressando sentimentos nacionalistas, salientando a fauna e flora, sentimentos de pertencimento, símbolos representativos em que perpetuasse elemento e características identitários totalmente brasileiros. Estas preocupações se concretizaram por intelectuais na Semana da Arte Moderna de 1922. De tal modo, que ainda nos deparamos com diversos significados do imaginário social sobre o espaço rural sendo definido como um mundo agrário com características naturalizadas rurais e com mínimas transformações.

A ideia de incivilidade das populações rurais difundidas neste mesmo período caracterizou um problema a ser vencido. No campo acadêmico, passaram a ser tema de investigação das ciências humanas com ênfase no campo geográfico, econômico, político e social. A Sociologia Rural, inicialmente, abordou a oposição entre campo e cidade, numa relação de subordinação da primeira pela segunda, envolveu um amplo debate de estudiosos que buscavam explicações sobre os problemas sociais pautados em temáticas sobre atraso versus modernização. Questões sobre o mundo rural foram abordadas de várias perspectivas desde construção de uma identidade caipira, bairros rurais paulistas até sobre o esvaziamento e características específicas do universo rural trabalhos como, por exemplo: Henri Mendras (1969), Nice Lecocq Müller (1951), Antonio Candido (2010). Maria Isaura de Queiroz (1973), Carlos Brandão (1983), buscaram, em seu tempo, os caminhos analíticos no desenvolvimento a partir das perspectivas do universo rural. Esses intelectuais apresentaram elementos reflexivos sobre problemas sociais abrindo caminhos para outras reflexões sobre um determinado grupo ou

¹ José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), naturalista e um dos intelectuais que atuaram na política brasileira, teve papel destacado no processo de Independência do Brasil munido de um projeto de nação que apresentava diversas soluções para os obstáculos da modernização brasileira, buscando nos modelos civilizatórios europeus e estadunidenses maneiras de salvar o país do seu “atraso” civilizacional.

sua possível inferioridade na hierarquia social, ressaltando que as diferenças sociais e culturais estão vinculadas a sua escolaridade, posição econômica, até em novas configurações do universo rural pautados na nova modalidade de economia rural.

Ampliando o debate, esteve presente em nossa história nacional pesquisas científicas como, por exemplo, de Nina Rodrigues (1895) e Oliveira Vianna (1922) que concretizaram a estratificação social. As influências das teorias racistas e do determinismo geográfico, como pontos iniciais para reflexões a sociedade brasileira, também estiveram presentes na literatura, em obras de Euclides da Cunha (1902) e Monteiro Lobato (1918). O postulado de uma política intensa de incentivo a imigração branca pautada no discurso civilizacional de melhoramento do desenvolvimento de uma nação, não só incentivando a exportação de modelos civilizatórios europeus, mas também resultou na forma foi interpretada a sociedade brasileira.

Reflexões atuais sobre elementos envolvendo questões sobre raça, estereótipos e dicotomias sociais, em estudos como de Giralda Seyferth (1995) auxilia a compreender como a cor da pele amparou questionamentos que até então estavam sobre o verniz da democracia racial. Características classificatórias foram utilizadas para reafirmar o discurso do racismo em pressupostos da desigualdade biológica entre a espécie humana, envolvendo assim as chamadas “raças inferiores” (não brancos), as “classes inferiores”, o “sexo inferior”, os “grupos étnicos inferiores”, a “ralé pululante” (os mestiços em geral).

Atributos qualificativos pautados em características fenóticas também foram utilizadas para designar o lugar e a posição de inferioridade social. Os traços determinantes das diferenças impõem também uma identidade negativa, genérica e pejorativa, como é possível observar nas referências das identidades regionais de migrantes provenientes da região Norte e Nordeste do Brasil, atribuindo traços fenóticos associados à inferioridade ou à incivilidade sobre uma categoria genérica de “nordestino”, “baiano”, “paraibano” (Seyferth, 1995).

É neste amplo campo de reflexão dos caminhos tomados para uma modernização social, pautado em modelos civilizatórios que levantaremos questionamentos sobre questões raciais e representações sociais no universo rural. Nosso objetivo aqui é destacar que a naturalização do atraso nacional esteve vinculada também ao universo rural e, continua sendo, associada como um marcador de dicotomias sociais do atraso e avançado. Modernizar mentalidades também esteve presente nos projetos elaborados a fim de tornar o país uma nação moderna.

1 Um modelo social para o projeto de nação

Para compreender as transformações ocorridas no universo rural paulista é preciso retornar ao contexto da formação o Estado de São Paulo seiscentista, levando em conta o sentido escravista no uso, costume e um possível lugar do indivíduo negro na sociedade.

A política escravista em São Paulo se desenvolveu a partir dos princípios de exploração econômica, num primeiro momento utilizando-se de mão-de-obra indígena, mas nos moldes da exploração da mão-de-obra negra que já acontecia no litoral do estado. Os paulistas tentaram racionalizar e justificar tal prática assumindo, de forma absoluta, o controle do trabalho indígena. Um novo modo de vida se espalhou em locais onde havia núcleos de mineração, produção artesanal e mantimentos de animais se expandiram neste período. Diversas expedições para penetrar em regiões como Vale do Paraíba, deram origem a novas vilas como a de Itu, Sorocaba e Curitiba, por pioneiros paulistas. Em São Paulo, à busca de ouro para uma economia agrícola apressou as derrubadas e queimadas para adquirir novas áreas para plantio, serviços e outros bens. Pelo sistema das fazendas ocorre a intensificação da utilização de mão-de-obra escrava e recorrendo depois para a imigração europeia maciça que colocou milhares de trabalhadores à disposição da lavoura comercial (Monteiro, 1994).

Nesse aspecto, também sobre esse processo de mudanças, tanto na forma de produzir e quanto nas estratégias para intensificar a produção com a demanda de mão de obra, desencadearam consequências sociais e econômicas que resultaram num crescente número de pessoas negras que embora livres, ainda trabalhavam em condições de escravidão, no final do século XIX e início do XX, e a criação do proletariado industrial (Ribeiro, 2006).

O incentivo da vinda dos imigrantes europeus no começo do século XX perpassou pelas promessas de bons salários no meio rural e a possibilidade de formar colônias familiares e pertencimento étnico europeu, que posteriormente, sustentaria discursos sobre melhoramento da raça e, onsequentemente, o branqueamento da população.² O ideal de civilização tomou os centros urbanos, diferenciando os descendentes europeus dos indivíduos incivilizados, apontando que a direção certa era o branquear da população. A miscigenação era, portanto, o resultando positivo e que resolveria os problemas do atraso racial, elemento do qual, esteve presente em teorias científicas e defendidas em congressos fora do território nacional.³

Neste movimento modernizador uma nova forma de vida da área rural precisaria ser elaborada, dando visibilidade para os grandes proprietários de terras para modernizar o campo. O fator básico desta reordenação social e econômica foi o sistema de mercado proporcionando a valorização das propriedades rurais. Assim, os pequenos sitiantes paulistas, sem conhecimento

² A Teoria do Branqueamento foi defendida e sustentada na segunda metade do século XIX e XX no Brasil. Essa teoria ganhou destaque juntamente com a política de imigração europeia que resultou na inferiorização da população não branca. A mistura de raças seria a solução para os problemas sociais.

³ Sobre esse assunto, o Brasil levou um representante, o médico João Baptista de Lacerda, ao Congresso das Raças em Londres em 1911. Esse congresso teve como intuito o debate sobre o tema do racismo e da relação das raças com o progresso das civilizações e Lacerda levou seu artigo que defendia o fator da miscigenação como algo positivo, no caso brasileiro, por conta da sobreposição dos traços da raça branca sobre as outras, a negra e a indígena. Lacerda exibiu uma cópia do quadro "A Redenção de Cam", do pintor espanhol Modesto Brocos (1895) apresentando a mensagem de que o embranquecimento ocorre através das gerações.

das novas políticas que estavam sendo empregadas, tanto econômica quanto racial, expulsos e obrigados a ceder, se marginalizam e perpetuar sua condição desfavorável de reprodução social no campo. Portanto:

O sistema de fazendas teve que promover primeiro, uma intensificação do tráfico de negros escravos e de apelar, depois, para a imigração europeia maciça que coloca milhões de trabalhadores à disposição da grande lavoura comercial. Confinado nas terras mais sáfaras, enterrado na sua pobreza, o caipira vê, impassível, chegarem e se instalarem, como colonos das fazendas, multidões de italianos, de espanhóis, alemães ou poloneses para substituírem o negro no eito, aceitando uma condição que ele rejeita. Essa nova massa vinha, porém, de velhas sociedades, rigidamente estratificadas, que a disciplinara para o trabalho assalariado, e via na condição de colono um caminho de ascensão que faria dela talvez, um dia pequenos proprietários (Ribeiro, 2006, p.351 e 352).

A consequência desse sistema de fazendas alargou as desigualdades sociais no campo aumentando o contingente da população pobre no campo. Em consequência, os motivos econômicos para a realização de investimentos, para atrair ao país o colonizador branco, se somaram aos incentivos ideológicos desta prática, a ideia de democracia racial e o branqueamento da população paulista devido imigração europeia, possibilitando o discurso ideológico de melhoramento da raça, intensificado também com crescente falta de identificação destes indivíduos o lugar destinado a eles.

Num momento em que as tradicionais lavouras nordestinas encontravam em crise⁴, medidas políticas tomadas a partir de 1850, tais como, a “Lei Eusébio de Queiroz” (1850), criada para solucionar o problema da falta de mão-de-obra escrava e garantir o comércio interprovincial, e outra, “Lei de Terras” (1850), conhecida por reorganizar a política e estimulava a vinda de imigrantes modificando o eixo econômico da região Nordeste para o sudeste do país.

As plantações de café tornaram-se o motor que impulsionou e acelerou a economia e a vinda de imigrantes para a região sudeste, aquele pedaço de terra que foi cedido para o camponês pobre agora poderia apresentar lucros para o mercado agrícola, assim o lavrador “dono”, “posseiro” ou “agregado” era expulso sendo submetido a reconstruir sua vida em outro lugar. Essa prática se tornou interminável nas fronteiras do estado paulista. Muitos tiveram suas terras usurpadas por grandes proprietários que chegavam com títulos nas mãos, sendo forçados a vender suas terras, alguns migraram para outros lugares, outros foram absorvidos pelas fazendas como trabalhadores diretos, parceiros, sendo permitido em alguns locais ter uma “roça de comida”. Neste último caso, segundo Carlos Brandão, a situação da sobrevivência é complexa,

⁴ Durante quase três séculos (XVI até o XVIII) a região Nordeste concentrou a maior parte da população e grande parte das riquezas do Brasil devido à economia baseado na cana-de-açúcar. No ano de 1877, a região enfrentou uma grande seca com a epidemia de varíola que dizimou, aproximadamente, a morte de 500 mil pessoas. Frente a este acontecimento, o governo imperial a tomar medidas como a perfuração de poços, autorizou a construção de estradas de ferro e de rodagem, mas não conseguiu evitar os impactos negativos no setor econômico da região nordestina.

pois a não legalização das terras colocava o camponês em situação de vulnerabilidade, seja em relação aos latifundiários circunvizinhos, seja em função da expansão das fronteiras agrícolas, como ocorreu em São Paulo — e ainda ocorre em diversas regiões do Brasil (Brandão,1983).

Sem terras e sem uma identidade devido aos padrões que vinham sendo adotada, a naturalização de uma raça inferior vinculou-se a pobreza rural e as más condições de vida destes moradores que espalharam-se pelo estado paulista.

2 Literatura e a questão racial no estado de São Paulo

A literatura nacional do começo do século XX preocupou-se em afastar-se de formulações e ligações históricas com Portugal, assim as energias estavam voltadas na construção de símbolos que trouxessem à tona imagens, tradições e elementos de uma essência brasileira. A possibilidade de ter uma literatura sem traços portugueses ou com tons eclesiásticos revelou-se no sertanismo romântico, no regionalismo do período realista-naturalista e os modernistas, estes últimos principalmente em São Paulo.

Mário de Andrade, vanguardista do movimento modernista em São Paulo, apresentou obras que influenciaram a forma de escrever as tradições brasileiras, como por exemplo, “Macunaíma” (1928) e “Pauliceia Desvairada” (1922). Segundo Serge Gruzinski (2001) na obra “Macunaíma”, é possível compreender questões sociais e raciais sob o contexto da mundialização da globalização do início do século XX pela perspectiva de que mestiçagem poderia ser uma solução racial, porém, concretizada com vários traços característicos das sociedades indígenas, africanas e europeias. A dificuldade, levantada pelo autor, está na compreensão desta mistura das culturas que também influenciou nas interpretações da nossa própria maneira de ver a realidade.

As descrições dos literatos sobre o homem do campo resultaram numa série de preconceitos e imagens essencializadas que se recusavam a compreender na “mistura” étnica e cultural uma nova sociedade que estava se formando. Ignorando este fato e sustentando o discurso do desligamento entre Portugal e Brasil, os intelectuais buscaram justificativas de produzir uma literatura nacional e sem traços europeus que ficou concretizada na Semana da Arte Moderna de 1922.⁵

O entendimento das consequências de uma nação construída sob misturas étnicas e culturais diversificadas não estavam nas preocupações destes intelectuais, segundo Renato Ortiz (2001), a ideia do modernismo brasileiro como projeto se tornou um paradigma para pensar a relação entre cultura e sociedade, seria como se no Brasil, antes da Semana da Arte Moderna de

⁵ A Semana de Arte Moderna ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo em 1922, foi uma manifestação artístico-cultural que buscava a devida separação estética entre Brasil e Portugal salientando elementos culturais que seriam atribuídos pelos brasileiros – o modernismo.

1922, estaríamos na pré história brasileira. O desenvolvimento econômico impulsionou a corrida para a modernização, porém os críticos deste ideal de nação eram intelectuais tradicionais, o exemplo mais significativo é Gilberto Freyre, sua insistência em retratar uma história brasileira a partir da casa-grande não revela somente uma atitude senhorial, mas uma imposição a ordem industrial implantada na década de 1930.

A construção de uma identidade nacional tornou-se uma tarefa minuciosa, mesmo com os esforços de construir uma imagem nacional, nos modelos civilizatórios recorridos da sociedade europeia. Não obstante, a arquitetura urbana, tendências de moda e costumes sociais eram exportados do continente europeu que ditou e tomou conta das emergentes elites que começaram a ocupar os centros urbanos. Nas áreas rurais, as diferenças sociais começaram a se tornar um divisor de águas, o trabalho para identificar no homem rural algo que representasse uma sociedade em desenvolvimento perpassou pela ótica econômica. As explicações estavam associadas na divisão entre o “baixo povo rural”, pelo olhar da “nobreza rural”, como lembra Carlos Brandão (1983).

Tais preocupações, embora com interesses genuínos em uma ideia de nação, identidade nacional ou produção de escritas nacionais, afetou diretamente a população que não se enquadrava nos modelos civilizatórios europeus, ao ponto que a negação de uma nação miscigenada com traços africanos e indígenas não estava na qualificação de um modelo civilizacional. O campo tinha papel fundamental neste cenário, passou a ser representado fartamente na literatura como ferramenta educacional da nação em plena construção identitária com o intuito de afastar o fantasma do atraso, a modernidade foi assumida e se associava à valores como progresso e civilização. A tarefa de encontrar um tipo étnico específico capaz de representar a brasilidade tornou-se grande desafio a ser enfrentado pela intelectualidade, que tomou para si a missão de encontrar a identidade nacional rompendo com o passado de dependência cultural. Esta identidade, construída ao longo do século XIX, configurou-se em múltiplas imagens que guardavam ambiguidades (Parrilla, 2006, p.124).

Para Luciana Meire da Silva (2013) o autor Monteiro Lobato, influenciado por estes debates, criou a representação caricatural do caipira em São Paulo. A chegada dos imigrantes nas indústrias e nas lavouras trouxe a superação da decadência nacional particularmente pela sua disciplina fabril. Nos livros “Cidades Mortas” (1906) e “Urupês” (1914) o que observamos é a preocupação de Monteiro Lobato – além da crítica as correntes literárias do romantismo da época - em endossar argumentos de que o caboclo era o responsável pelo atraso social nacional, salientando ainda que as práticas irracionais deste sujeito de “pouca instrução” o tornariam um indivíduo inútil para a nação. Assim, nas palavras de Monteiro Lobato:

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminomade, inadaptável á civilização, mas que vive á beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. A medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o

italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com seu cachorro, o seu pilão, a picapau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encosorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se (Lobato, 1978, p.141).

O termo “caboclo” adotado por Monteiro Lobato nesta passagem deriva do entendimento do imaginário social sobre o caipira paulista, uma representação permeada de caricaturais para adjetivar o homem pobre do campo. O habitante do campo passa a ser identificado como jeca, matuto, roceiro, sertanejo, caboclo, capiau ou tabaréu. É possível observar que conotações como “de pouca instrução” e “jeca” já inseridas no cerne da palavra “caipira”, naturalizando então a imagem de “homem fora do seu tempo”, inapto para a vida urbana. Para o morador do campo a sua representação, conseqüentemente, estará relacionada a “uma pessoa simples e de pouca instrução” e, mesmo que tenha outros saberes, sua identidade passa a ser classificada como inferior na escala civilizatória.

Nas pesquisas científicas, Antonio Candido organiza investigações feitas a partir dos meios de vida num agrupamento de caipiras no município de Bofete (SP), nos anos de 1948 e 1954, na obra “Os Parceiros do Rio Bonito” (2001), neste mesmo estudo, o autor faz referência às descrições feitas por Cornélio Pires (1921) das variadas representações do que vem a ser o caipira. Segundo Antonio Candido, Cornélio Pires elaborou significados e levou em conta os diversos tipos étnicos da cultura rústica paulista da época e uma das referências no estudo da identidade caipira. Em suas análises,

Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui caipira, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista. Como neste estudo não saímos dela, o inconveniente se atenua. Cornélio Pires descreve, em um dos seus livros, o “caipira branco”, o “caipira caboclo”, o “caipira preto”, o “caipira mulato”. É a maneira justa de usar os termos, inclusive porque sugere a acentuada incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo – processo a que se poderia chamar acaipiramento, ou acaipiração, e que os investigou de fato num conjunto bastante homogêneo (Candido, 2001, p. 27).

Dentro destas variadas representações do caipira, modos de vida e suas condições aqui novamente observamos a preocupação dos intelectuais no campo científico sobre dicotomias entre as populações rurais, esmiuçando elementos culturais num campo de pesquisa que ainda sustava que o rural precisava ser modernizado. Neste último caso, a situação da sobrevivência da população rural, desde o sistema de fazendas e a não legalização das terras, levou-os a vulnerabilidade social. No intuito de colocar a área rural em uma posição favorável economicamente, indivíduos na condição de “agregado”, posseiro, pequenos sítiantes foram “empurrados” para áreas cada vez mais despovoadas, acabando por ser representado como um sujeito às margens da história. Com sua herança econômica, social e cultural, ficaram para o

caipira as marcas da inadaptação para o esforço intenso e contínuo, ou para o trabalho racionalizado e voltado para o mercado, levando o mundo urbano e moderno a responsabilizá-lo por um suposto baixo nível de vida (Candido, 2001, p.102).

Nota-se que a rusticidade do viver do caipira não escapou da criação de uma representação negativa. O entendimento sobre o caboclo, o homem pobre rural, está agora destinado a estereótipos pejorativos, uma representação imagética do atraso, evidenciando a construção de uma figura desqualificada de uma identidade inserida no contexto econômico nacional, de uma forma caricaturada no personagem Jeca Tatu, criado por Monteiro Lobato. De “fungo da terra”, a população rural passa de vítimas para uma raça de “depauperados e degenerados sem nome”.

Na obra clássica de Monteiro Lobato “Urupês” (1978), algumas referências ao morador do campo eram expressas de forma violenta, do qual nada tinha de assustador para uma época, de que o atraso nacional estava vinculado ao “o tipo clássico do sitiante já com pé fora da classe”⁶, um claro diagnóstico de que os problemas civilizatórios da sociedade brasileira estavam associados na indolência, preguiça e ignorância das populações rurais. Em passagens do livro é possível encontrar referências à permanência e a simbologia do morador do campo como: “Nossa montanha é vítima de um parasita”, “um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro”, “como o ‘Argas’ o é aos galinheiros ou o ‘Sarcoptes mutans’ á perna das aves domésticas”, “Velha praga”, “ ‘Porrigo decalvans’ o parasita do couro cabeludo produtor da ‘pelada’ ”, “assiste se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada” (Lobato, 1978, p. 140). Lobato frisa nos seus escritos a preocupação em traçar uma origem social pautada em elementos raciais e depreciativos destes moradores.

A diferença e a identidade tendem a serem naturalizados e cristalizados, sendo estas duas que partilham de características que resultam em preconceitos. A linguagem foi um destes problemas, o sistema de diferenças que se constitui no contexto de relações culturais e sociais é sujeita a relações de poder hierarquizadas e em constante disputa. A identidade e diferença se tornaram objeto de disputa entre grupos sociais que relativamente estão no poder, como aponta Tomaz Tadeu da Silva (2003). A diferenciação é o processo central para a construção da identidade e que, conseqüentemente, a diferença é produzida:

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (Silva, 2003, p. 81).

⁶ LOBATO, Monteiro. Urupês (1918).

Tal reflexão de Tomas Tadeu da Silva nos possibilita compreender que a identidade e a diferença se traduzem em declarações de quem pertence e quem não pertence, sendo assim, uma separação entre “nós” e “eles” e estão estreitamente ligadas às formas de classificação que a sociedade produz.

Considerações finais

A estrutura social, político-econômica brasileira se mantém amparada nas atividades agropecuárias. A naturalização do atraso esteve vinculada não só a industrialização, mas com elementos sociais que permearam o imaginário brasileiro. A ruralidade permanece como uma das principais bases de sociabilidade no Brasil, transformando-se, ao longo do tempo, e que serviu como elemento crítico sobre a modernidade da nação. Abordagens destes temas que contemplam somente a ótica da relação econômica do rural versus urbano, pautado numa posição de atraso versus avançado, produz a dificuldade de compreender o componente racial associado a construções de diferenças dessa dualidade. Estudos sobre miscigenação e racialidade nos auxiliam para compreender como são construídos alguns traços determinantes de características relacionadas ao fenótipo, à inferioridade ou a incivilidade, e que sustentam características de representações identitárias genéricas e pejorativa, de inferioridade física, moral e intelectual que esteve pautada nas justificativas da incivilidade das populações rurais.

Na literatura é possível compreender como esse imaginário foi construído a partir de interpretações e comparações sobre o que seria moderno, tomando como exemplo as referências de nações europeias. O desafio era transformar uma nação que não carregava uma identidade definida em uma nação concreta, com elementos que exemplificassem seus traços originários construídos de um grupo social. Assim, o que se entendia como retrocesso teria que ser rapidamente modificado, a área rural foi o primeiro problema deduzido como atraso.

Responder às exigências do mundo com parâmetros sociais europeus foi preciso avançar na criação de projetos para a nação, a ciência racial esteve a par e foi incorporado em vários momentos para apresentar a sociedade que a cor da pele também era um fator de retrocesso. A população rural não escapou destas classificações, precisou se adequar na posição dicotômica de atraso e avançado, afastar o que considera não moderno, como a rusticidade da vida rural.

Entendemos que as desigualdades em espaços periférico-rurais dominados por centros urbanizados reproduziu a dicotomia atrasado/avançado. O espaço rural e o espaço urbano, campo e cidade, integram a mesma racionalidade espacial, marcada pela organização a partir das bases reprodutivas do capitalismo e a polarização construída entre estes refletem pela lógica das relações agrícolas como um ambiente de produção fabril onde a terra somente produz algo, vazio de relações sociais.

Deste modo, a ideia de incivilidade foi construída para manter um padrão social moderno, ser um “fungo da terra”, como expressava Monteiro Lobato, era sinal que a nação precisaria se adequar ao um modelo social vinculado a ideia de produção. O questionamento do uso da terra produtiva sendo meio de troca disponível para reprodução do capital ou para a inercia do caipira precisa ser superado com novas investigações.

Bibliografia

ADUB, Katia Maria. A ideia de São Paulo como formador do Brasil. In FERREIRA, A.C (org.) *Encontros de História*. São Paulo. EDUNESP/FAPESP/ANPUH, 1999.

ANDRADE, Thiago Oliveira; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e apropriação capitalista. *CES Revista*, v. 21, p. 43-56. Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2RWQduL>>. Acesso em: 06 de julho de 2021.

ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru/SP. Tradução- Edusc, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo. Brasiliense, 1983.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro. Ed. Ouro sobre Azul, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Texto publicado nos Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural. Natal, agosto, 1997.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. *Ruris*. Volume 2-nº 1. Páginas 10-38. Março de 2008.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo. Editora Global, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo. Editora Global, 2006.

GRUZINSKI. *O pensamento mestiço*. Companhia das Letras. São Paulo, 2001.

KERN, Gustavo da Silva. Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: O debate em torno da democracia racial no Brasil. *Revista Historiador*. n.6. Ano 06. Janeiro de 2014.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo. Editora brasiliense. 23ª edição, 1978.

MARTINS, José de Souza. A Modernização e problema agrário no Estado de São Paulo. São Paulo *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 6. Universidade de São Paulo. 1969.

MARTINS, José de Souza. *A luta pela terra*. São Paulo. Ed. Paulus. 1997.

MENDRAS, Henri. *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1969.

MONTEIRO, J. M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 1994.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo. Brasiliense, 2001.

PARRILLA, Aline Franciele. *Chico Bento, um caipira do campo ou da cidade?: a representação do espaço rural e urbano e de seus habitantes na revista em quadrinhos do Chico Bento (1982-2000)*. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, mimeo, São Paulo, 2006.

PIRES, M. L. L. S. O Cooperativismo Agrícola como uma forma de neutralizar as desvantagens competitivas da agricultura familiar. Em análise a Coopercaju. In: *XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Caxias do Sul, RS, Brasil, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol.5, n.10, p.200-212, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Campesinato Brasileiro*. Ensaio sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis. 2a edição. Vozes, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Bairros Rurais Paulistas*. Dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo. Ed. Livraria Duas Cidades, 1973.

REIS, Jussara Christina dos. “*A gente é nascido e criado aqui*”. Memória e territorialidade no bairro Boa Vista, Bragança Paulista- SP. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais-UNESP – campus de Marília. Mimeo. Marília/SP, 2012.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2006.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos esteriótipos. Rio de Janeiro. *Tempo Brasileiro*. Anuário Antropológico/93, p. 175-203, 1995.

SILVA, Luciana Meire. *O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 e 1930*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP campus Marília, mimeo, 2013.

SILVA, Sergio. *A expansão cafeeira e origens da Indústria no Brasil*. São Paulo. Editora Alfa Omega, 1976.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petropolis/RJ. Editora Vozes, 2003.

YATSUDA, Enid. O Caipira e os outros. In: BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira: temas e situações*. São Paulo. Editora Ática, 1987.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, p. 42-61, 2003.

Recebido em: 29 abr. 2023.
Aceito em: 18 mai. 2024